



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos de servidores
do Poder Judiciário do Estado do Acre

ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA

CADERNO DE QUESTÕES

24/03/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 05
Raciocínio Lógico e Matemático	06 a 10
Noções de Informática	11 a 15
Legislação	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O canto da cigarra anuncia a chuva.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o Texto 1 e responda às questões de 1 a 4.

Texto 1

O ano é 1975, são cinco horas da manhã e meu pai veio me acordar para viajarmos para a praia. A ansiedade por esta viagem impediu que eu tivesse uma boa noite de sono. Viajar para a praia na década de 1970 era uma grande aventura, que começava pelo carro que levava seis pessoas e mais a bagagem. Até hoje não consigo entender como isto era possível – quatro filhos mais pai e mãe dentro de uma Variant.

Nesta época, meu sonho de consumo era ter um kichute, um tênis de beleza duvidosa, que era a sensação de minha geração. Fazíamos as pesquisas da escola em enciclopédias – a *Barsa* e a *Delta Larousse* – e não tínhamos a possibilidade de usar a estratégia Ctrl C/Ctrl V, era tudo copiado na mão mesmo.

Escrevíamos cartas para nos comunicar com os amigos distantes e alguns ainda tinham o hábito de fazer diários. Na faculdade, usávamos o sistema Comut para conseguir um artigo que poderia levar meses para chegar em nossas mãos e a internet ou os primórdios dela era discada.

Se você se identificou com estas lembranças, provavelmente faz parte da Geração *Baby Boomers* (nascidos entre 1946 e 1964) ou da Geração X (1965-1980) que viajava no “chiqueirinho” do Fusca (parte traseira do carro) e não sabia por que os automóveis vinham com cinto de segurança.

Cada época é marcada por determinados acontecimentos culturais, políticos, sociais e econômicos que impactam o contexto de vida, a visão de mundo e a forma de se relacionar das pessoas que nascem e vivem em determinado período. Essa é a ideia que embasa a divisão por grupos geracionais.

Não há um consenso sobre o ano em que começa e termina cada um, mas uma divisão possível para esses grupos é, além dos *Baby Boomers* e da Geração X, a Geração Y ou *Millennials* (1981-1996), a Geração Z (1997-2010) e, ainda, a Geração Alfa, que compreende os nascidos a partir de 2010.

TOURINHO FILHO, Hugo. Conflito de gerações e a arte de ensinar na sociedade contemporânea. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/conflito-de-geracoes-e-a-arte-de-ensinar-na-sociedade-contemporanea/>. Acesso em: 9 fev. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O excerto textual se desenvolve em torno do tema:

- (A) nostalgia originada por lembranças do passado.
- (B) viagens de férias em família na década de 1970.
- (C) modelos de carros antigos como Variant e Fusca.
- (D) classificação de gerações por épocas específicas.

QUESTÃO 02

Quanto ao modo de organização, no excerto, predomina a sequência linguística:

- (A) argumentativa.
- (B) narrativa.
- (C) injuntiva.
- (D) dialogal.

QUESTÃO 03

No quinto parágrafo, o pronome demonstrativo “Essa” funciona como mecanismo de coesão:

- (A) sequencial.
- (B) referencial anafórica.
- (C) lexical.
- (D) referencial catafórica.

QUESTÃO 04

No primeiro parágrafo, os Algarismos que fazem referência aos anos citados no trecho em questão (1975 e 1970, respectivamente) funcionam, dentro dos períodos oracionais em que ocorrem, respectivamente, como:

- (A) predicativo do sujeito e adjunto adnominal.
- (B) objeto direto e adjunto adverbial.
- (C) complemento nominal e aposto.
- (D) agente da passiva e objeto indireto.

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Geração TikTok: nova geração não consegue ouvir músicas com mais de 3 minutos

Geração TikTok e a audição ansiosa: o que mudou no mundo da música?

De acordo com as principais plataformas de *streaming* de música (*Amazon Music*, *Deezer* e *Spotify*), a Geração TikTok, ou seja, a Geração Z, considera músicas com mais de 3 minutos muito longas. No geral, as canções com até 2 minutos e 30 segundos são as mais consumidas por esse público.

Esse fenômeno já ganhou um nome, “audição ansiosa”, e está mudando a forma como os artistas produzem suas músicas. Agora, quem não cria uma canção que vai direto ao ponto perde ouvintes nos primeiros segundos — algo que pode parecer muito estranho para o público da época de Faróeste Caboclo, *November Rain* e *Stairway to Heaven*.

O motivo dessa preferência por músicas menores parece ser um reflexo das redes sociais, especialmente o TikTok. Há tempos, os conteúdos nas redes sociais são apresentados de forma extremamente rápida.

Por exemplo, o *Twitter* aceita pouco texto, o TikTok aceita vídeos de no máximo 3 minutos, o *WhatsApp* e as plataformas de *streaming* de vídeo e música possuem a opção de reprodução acelerada. Por isso, os tutoriais de 15 minutos do *YouTube* estão perdendo espaço para conteúdo de 15 segundos no TikTok. Como resultado, a Geração Z está mais ansiosa e não tem paciência para apreciar músicas mais longas.

PONTES, Márcio Miranda. *Geração TikTok e a audição ansiosa: o que mudou no mundo da música?* Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/geracao-tiktok>. Acesso em: 9 fev. 2024. [Adaptado].

De acordo com suas características estruturais e o conteúdo abordado, a função social e o principal objetivo do texto é:

- (A) ironizar a Geração Z por demonstrar impaciência para ouvir músicas com mais de dois minutos e meio.
- (B) propagar, entre as gerações mais velhas, as principais plataformas de transmissão de música que atuam na Internet.
- (C) informar alterações na produção musical possivelmente decorrentes de tendências refletidas nas redes sociais.
- (D) enaltecer o gosto musical do público ouvinte de músicas lançadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

RASCUNHO

RASCUNHO

QUESTÃO 06

Um aparelho de TV custava R\$ 2.280,00. Na Black Friday, seu preço sofreu uma redução de 5% e, uma semana depois, seu preço aumentou em 5%. Qual o valor da TV após a redução e o aumento do seu preço?

- (A) R\$ 2.250,36.
- (B) R\$ 2.274,30.
- (C) R\$ 2.280,00.
- (D) R\$ 2.298,24.

QUESTÃO 07

Um estudante resolveu todos os exercícios de uma lista em cinco dias. No primeiro dia, resolveu a metade dos exercícios. No segundo dia, resolveu a metade dos exercícios restantes. No terceiro dia, resolveu a metade dos exercícios restantes. No quarto dia, resolveu a metade dos exercícios restantes e mais um exercício. No quinto dia, resolveu os três exercícios que faltavam. Se n é o número de exercícios da lista, quanto vale o produto dos algarismos de n ?

- (A) 12.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 32.

QUESTÃO 08

Quantos são os anagramas da palavra ACRE nos quais as vogais não estão juntas?

- (A) 12.
- (B) 18.
- (C) 20.
- (D) 21.

QUESTÃO 09

Considere os dois investimentos a seguir:

- I) Um capital de R\$ 1.000 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 7% ao ano, durante 3 anos.
- II) Um capital de R\$ 2.000 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 5% ao ano, durante 2 anos.

Qual é a diferença entre os juros gerados pela aplicação I e a aplicação II?

- (A) R\$ 0,00.
- (B) R\$ 12,00.
- (C) R\$ 18,00.
- (D) R\$ 20,00.

QUESTÃO 10

Leia a tabela a seguir.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento populacional do Acre, de 1920 a 2010, se deu da seguinte forma:

Ano	População
1920	92.379
1940	79.768
1950	114.755
1960	160.208
1970	218.006
1980	306.893
1991	417.165
2000	557.882
2010	733.559

Censo 2022 – Panorama. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 22 fev. 2024.

A população do Acre, de acordo com o censo de 2022, era de 830.018 habitantes. Posto isso, a diferença entre a mediana dos tamanhos populacionais de 1920 a 2022 e a mediana dos tamanhos populacionais de 1920 a 2010, exposta na tabela, é

- (A) 44.443,5.
- (B) 57.798,0.
- (C) 88.887,0.
- (D) 102.241,5.

QUESTÃO 11

No sistema operacional Windows 10, é possível encontrar as funcionalidades de atalhos (no teclado) para manipular arquivos e funções dentro de diferentes softwares. Para abrir uma nova aba dentro do navegador Google Chrome (versão português), é usado o atalho:

- (A) Ctrl + C
- (B) Ctrl + X
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + V

QUESTÃO 12

É possível encontrar diferentes tipos de softwares e aplicativos nos Sistemas Operacionais (SO). No SO Windows, é possível encontrar softwares associados às categorias de busca na web e desenho, a saber:

- (A) Navegador – Paint.
- (B) Sistema Operacional – Debian.
- (C) Navegador – Microsoft Edge.
- (D) Leitor de Texto – Microsoft Windows.

QUESTÃO 13

Um “cliente de correio eletrônico/*e-mail*” é um programa que permite enviar, receber e personalizar mensagens de correio eletrônico. São considerados clientes de e-mail os programas:

- (A) Outlook Express, Thunderbird e Filezilla.
- (B) Thunderbird, Outlook Express e Eudora.
- (C) Microsoft Outlook, Fedora e Outlook Express.
- (D) Netbeans, Evolution e Thunderbird.

QUESTÃO 14

Existem diferentes tipos de aplicações utilizadas para manipulação de arquivos, as mais comuns são as consideradas “software livre” e “software proprietário”. No caso de software livre, o “LibreOffice Impress” é uma ferramenta que permite manusear o seguinte tipo:

- (A) planilhas eletrônicas.
- (B) documentos de texto.
- (C) bancos de dados.
- (D) apresentação de slides.

QUESTÃO 15

No Windows, a extensão dos arquivos permite que o sistema trate cada um deles de forma diferente. As três extensões que representam arquivos do tipo: texto, imagem e planilha de dados são, respectivamente:

- (A) CSV, GIF, JPG.
- (B) GIF, JPG, PNG.
- (C) TXT, JPG, XLSX.
- (D) DOCX, PNG, JPG.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

De acordo com a regras éticas do serviço público, é vedado ao servidor público:

- (A) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.
- (B) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito devem ser monitorados e fiscalizados.
- (C) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções.
- (D) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei nº 9.784/99, é legitimado como interessado no processo administrativo:

- (A) pessoas físicas ou jurídicas que o terminem como titulares de direitos ou interesses individuais.
- (B) organizações que, por terem iniciado o processo, têm direitos que possam ser afetados pela decisão.
- (C) organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (D) pessoas ou as associações de fato constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

RASCUNHO**QUESTÃO 18**

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Interessado informado do extravio da informação solicitada, poderá

- (A) requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (B) requerer à autoridade competente a imediata abertura de inquérito policial para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 15 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (C) ingressar judicialmente com o pedido de informações, via Habeas Data para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- (D) ingressar judicialmente com o pedido de informações, via Mandado de Segurança para apurar o desaparecimento da respectiva documentação e o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 15 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

QUESTÃO 19

De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, as informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas:

- (A) ao Museu Nacional.
- (B) à Câmara dos Deputados.
- (C) ao Arquivo Nacional.
- (D) à Biblioteca Nacional.

QUESTÃO 20

De acordo com o Decreto nº 930/2019, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se:

- (A) agir com imprudência, negligência ou imperícia ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.
- (D) agir com imprudência, negligência ou imperícia, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 21

Consoante o Direito Constitucional brasileiro, brasileira(o) naturalizada(o) pode exercer os seguintes cargos:

- (A) Juiz Federal, Procurador da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Deputado.
- (B) Juiz Federal, Procurador da República, Procurador Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Senador.
- (C) Juiz Federal, Procurador da República, Oficial das Forças Armadas, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Presidente do Senado.
- (D) Juiz Federal, Procurador da República, Diplomata, Ministro do Superior Tribunal Militar, Senador.

QUESTÃO 22

De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, o mandato eletivo poderá ser impugnado ante:

- (A) a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (B) a Justiça Eleitoral, no prazo de cinco dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) a Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou improbidade administrativa.
- (D) a Justiça Eleitoral, no prazo de sete dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

QUESTÃO 23

Alude o Direito Constitucional brasileiro que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios:

- (A) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e efetividade.
- (B) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) de legalidade, impessoalidade, materialidade, publicidade e eficácia.

QUESTÃO 24

De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, compete privativamente à União:

- (A) organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional.
- (D) legislar sobre desapropriação.

QUESTÃO 25

Em conformidade com o Direito Constitucional brasileiro, as associações:

- (A) poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (B) poderão ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, ato administrativo jurídico perfeito.
- (C) poderão ser facultativamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (D) poderão ser suspensas por ato administrativo público federal.

QUESTÃO 26

Segundo o Direito Constitucional brasileiro, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- (A) a forma republicana de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- (B) a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- (C) a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, proporcional e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- (D) a forma confederativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais e coletivos.

QUESTÃO 27

O Direito Constitucional brasileiro refere-se ao veto do Presidente da República que será apreciado pelos Deputados e Senadores, em sessão conjunta, dentro do prazo de

- (A) quinze dias, a contar de seu recebimento.
- (B) vinte dias, a contar de seu recebimento.
- (C) vinte e cinco dias, a contar de seu recebimento.
- (D) trinta dias, a contar de seu recebimento.

QUESTÃO 28

Em referência ao Direito Constitucional brasileiro, os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam o seguinte requisito de idade:

- (A) mais de trinta e cinco e menos de setenta anos.
- (B) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- (C) mais de trinta e cinco e menos de setenta e cinco anos.
- (D) mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos.

QUESTÃO 29

De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- (A) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à efetividade da gestão orçamentária e financeira nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado e de direito público dos estados e municípios.
- (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária e financeira nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado e de direito público dos estados e municípios.
- (C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (D) comprovar a legitimidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público dos estados e municípios.

QUESTÃO 30

De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, os Ministros de Estado serão escolhidos entre:

- (A) os brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- (B) os brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- (C) os brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
- (D) os brasileiros maiores trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

QUESTÃO 31

O Direito Constitucional brasileiro traz em seu texto lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal que disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

- (A) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- (B) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de dez e o máximo de vinte membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- (C) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de quinze membros, para o exercício das atribuições administrativas delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- (D) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de cinco e o máximo de quinze membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se dois terços das vagas por antiguidade e o outro terço por eleição pelo tribunal pleno.

QUESTÃO 32

De acordo com o Direito Constitucional brasileiro, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal tem por objetivo:

- (A) a validade, a interpretação e a legitimidade de normas determinadas acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre estes e a Administração Pública que acarrete insegurança jurídica e multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (B) a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre estes e o Congresso Nacional que acarrete insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (C) a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários nacionais e internacionais que acarrete grave insegurança jurídica e multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (D) a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre estes e a Administração Pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

QUESTÃO 33

Alude o Direito Constitucional brasileiro que o Ministério Público é:

- (A) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime republicano e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (B) instituição permanente, auxiliar à função jurisdicional e administrativa do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (C) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

QUESTÃO 34

Em conformidade com o Direito Administrativo brasileiro, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em:

- (A) três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada boa-fé.
- (B) cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada boa-fé.
- (C) dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- (A) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão suspensa; as organizações e associações, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos, quanto a direitos ou interesses difusos.
- (B) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- (C) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais; os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- (D) os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo; aqueles cujos direitos reais forem indiretamente afetados pela decisão recorrida; as organizações e associações, no tocante a direitos e interesses coletivos; os cidadãos ou associações públicas, quanto a direitos individuais.

QUESTÃO 36

Segundo a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivos:

- (A) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- (B) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; proibir contratações com sobrepreço ou com preços inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento nacional sustentável.
- (C) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; proibir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e possíveis endividamento na execução dos contratos; incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento nacional.
- (D) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; proibir contratações com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; exigir a inovação tecnológica e o desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 37

De acordo com o Direito Administrativo brasileiro, os órgãos públicos:

- (A) possuem personalidade jurídica própria.
- (B) possuem patrimônio próprio.
- (C) são criados por lei.
- (D) são destinados a prestação de serviços mistos.

QUESTÃO 38

De acordo com o Código Civil brasileiro vigente, o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro, decai em:

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) cinco anos.
- (D) dez anos.

QUESTÃO 39

Consoante o Código Civil brasileiro vigente, o negócio jurídico pode ser anulado por erro substancial quando este:

- (A) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (B) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal ou secundário da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade acessória da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (C) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais ou acessórias; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de qualquer modo; sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- (D) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único do negócio jurídico.

QUESTÃO 40

De acordo com o Código Civil brasileiro, prescrevem em cinco anos:

- (A) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular; a pretensão dos profissionais liberais em geral, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo do início dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (B) a pretensão de cobrança de toda dívida constante de instrumento particular; a pretensão dos profissionais liberais em geral, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da cessação dos respectivos contratos ou mandato; a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (C) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (D) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; a pretensão dos procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato; a pretensão do credor para haver do devedor o que despendeu em contrato.

QUESTÃO 41

O Código Civil brasileiro prevê quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de:

- (A) um ano, a contar da data da conclusão do ato.
- (B) dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (C) três anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (D) cinco anos, a contar da data da conclusão do ato.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Civil brasileiro, a doação feita em contemplação do merecimento do donatário:

- (A) perde o caráter de liberalidade, como perde a doação gratuita, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.
- (B) preserva o caráter de liberalidade, bem como a doação gratuita, ou a gravada, no valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.
- (C) perde o caráter de liberalidade, como perde a doação remuneratória, ou a gravada, no valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.
- (D) preserva o caráter de liberalidade, bem como a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.

QUESTÃO 43

De acordo com o Código Civil brasileiro, quando o mandato contiver a cláusula de:

- (A) irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos.
- (B) revogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos.
- (C) irrevogabilidade e o mandatário o revogar, pagará perdas e danos.
- (D) revogabilidade e o mandatário o revogar, pagará perdas e danos.

QUESTÃO 44

Em conformidade com o Código Civil brasileiro, quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de:

- (A) quarenta e cinco dias em se tratando de bens móveis; e de noventa dias para os imóveis.
- (B) noventa dias em se tratando de bens móveis; e de cento e oitenta dias para os imóveis.
- (C) cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis.
- (D) cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de dois anos, para os imóveis.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código Civil brasileiro, o adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido, se o credor, notificado, deixar de impugnar a transferência do débito no prazo de:

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) trinta dias.

QUESTÃO 46

O Código de Processo Civil prevê que, salvo disposição em sentido diverso, considera-se como termo inicial de fluência do prazo para a prática dos atos processuais a data de:

- (A) ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por oficial de justiça.
- (B) juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou intimação se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria.
- (C) publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico.
- (D) consulta no Diário da Justiça impresso ou eletrônico, quando a intimação se der por edital.

QUESTÃO 47

Nos termos do artigo 244 do Código de Processo Civil, salvo para evitar perecimento do direito, é vedada a citação de:

- (A) noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento.
- (B) cônjuge do morto, nos 10 (dez) dias seguintes ao falecimento.
- (C) quem estiver em local incerto e não sabido.
- (D) quem estiver participando de ato de culto religioso.

QUESTÃO 48

Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo quando:

- (A) houver credor ou devedor entre as partes.
- (B) promover ação contra a parte ou seu advogado.
- (C) aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa.
- (D) receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa.

QUESTÃO 49

No processo de execução por quantia certa, se o oficial de justiça não encontrar o executado para a citação, mas localizar bens de seu patrimônio, ele deverá promover:

- (A) o arresto.
- (B) o sequestro.
- (C) o arrolamento de bens.
- (D) a penhora.

QUESTÃO 50

O juiz resolverá o mérito quando:

- (A) reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- (B) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- (C) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (D) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

QUESTÃO 51

A perda do cargo ou da função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade:

- (A) igual ou superior a 1 (um) ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- (B) igual ou superior a 2 (dois) anos, independentemente da natureza do crime praticado.
- (C) superior a 4 (quatro) anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- (D) superior a 8 (oito) anos, independentemente da natureza do crime praticado.

QUESTÃO 52

São causas de exclusão de culpabilidade:

- (A) a legítima defesa e a exigibilidade de conduta diversa.
- (B) o exercício regular de direito e a potencial consciência da ilicitude.
- (C) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.
- (D) o estado de necessidade e o estrito cumprimento do dever legal.

QUESTÃO 53

O agente que exigir vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, responderá pelo crime de:

- (A) peculato.
- (B) concussão.
- (C) corrupção passiva.
- (D) corrupção ativa.

QUESTÃO 54

Crime doloso é aquele no qual o agente:

- (A) assumiu a autoria do delito durante interrogatório.
- (B) quis o resultado por negligência, imprudência ou imperícia.
- (C) agiu em defesa de sua integridade física e moral.
- (D) assumiu o risco de produzir o resultado.

QUESTÃO 55

Leia o caso a seguir.

V. B., holandês habituado a adquirir pequenas porções de maconha no seu país de origem para o consumo pessoal, acredita ser possível adotar a mesma conduta no Brasil, desconhecendo a existência da norma penal incriminadora (art. 28 da Lei nº 11.343/2006).

Esse caso ilustra o erro de:

- (A) proibição direta, que isenta o agente de pena.
- (B) tipo essencial, que isenta o agente de pena.
- (C) tipo accidental, que reduz a pena do agente em até 2/3.
- (D) proibição indireto, que reduz a pena do agente em até 2/3.

QUESTÃO 56

A modalidade de recurso cabível para impugnar o ato judicial que recusar a homologação à proposta de acordo de não persecução penal é:

- (A) a carta testemunhável.
- (B) o agravo de instrumento.
- (C) a apelação.
- (D) o recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 57

Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma e sendo a infração penal afiançável, o acusado será notificado para responder, por escrito, no prazo de:

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.

QUESTÃO 58

Conforme disposto no artigo 25 do Código de Processo Penal, na ação penal pública, a representação da vítima será irretroatável depois:

- (A) da instauração do inquérito policial.
- (B) do oferecimento da denúncia.
- (C) da renúncia ao direito de queixa.
- (D) do recebimento da denúncia.

QUESTÃO 59

O artigo 392 do Código de Processo Penal disciplina a forma de intimação da sentença criminal. A partir da interpretação literal desse dispositivo legal, referendada pelos Tribunais Superiores, a intimação da sentença penal condenatória por meio de advogado constituído:

- (A) dispensa a intimação pessoal de réu solto.
- (B) exige a intimação de réu preso por edital.
- (C) dispensa a intimação pessoal de réu preso.
- (D) exige a intimação de réu solto por edital.

QUESTÃO 60

No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade

- (A) absoluta, assim como a sua deficiência o anulará independentemente de prova de prejuízo para o réu.
- (B) relativa, assim como a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- (C) absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- (D) relativa, mas a sua deficiência o anulará independentemente de prova de prejuízo para o réu.

PROVA DISCURSIVA**Questão 01**

Maria Eduarda, residente na cidade de Rio Branco/AC, contratou a empresa para transporte aéreo, seu e de sua filha, nos trechos Rio Branco/São Paulo - São Paulo/Frankfurt (FRA) – Frankfurt/Itália (BLQ) e Itália/Frankfurt (FRA) – Frankfurt (FRA)/São Paulo – São Paulo/Rio Branco, com saída no dia 21 de julho de 2023 e retorno para o dia 31 de julho de 2023.

No trecho de retorno, já quase concluindo a viagem, quando em conexão em São Paulo com destino a Rio Branco, Maria Eduarda embarcou com sua filha, a decolagem estava prevista para 7h35min do dia 31/07/2023, com chegada prevista às 14h55min do mesmo dia, pegando o voo JJ3466.

Após o embarque, a aeronave não decolou, sendo que todos os passageiros embarcados assim permaneceram até que, após 30 minutos, foram informados que havia ocorrido uma falha técnica na aeronave e que a manutenção seria realizada naquele momento, e que, logo após, se daria a decolagem.

A manutenção durou 3h30min, sendo que a aeronave permaneceu no pátio do aeroporto, com todos os passageiros embarcados. Durante todo esse tempo, os comissários de bordo serviram apenas água, e o ar-condicionado não estava funcionando de forma adequada.

A decolagem acabou ocorrendo às 14h5min do dia 31/07/2023, chegando em Rio Branco às 21:55.

Os passageiros permaneceram embarcados, em seus devidos assentos.

Além da situação extremamente desgastante, Maria Eduarda também ficou apreensiva com futuros defeitos durante o voo.

Considerando o caso narrado, discorra sobre as características do ato jurídico e a existência de responsabilidade civil da empresa Bras Airlines no eventual dano causado a Maria Eduarda e sua filha.

Questão 02

Maria, maior e capaz, almejando matar João, seu ex-namorado, voluntariamente ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica e, em seguida, ingressou na residência onde ele morava sozinho, utilizando a cópia da chave que possuía. Ao chegar no local, às 17h, posicionou-se atrás do sofá da sala de estar, engatilhou a arma de fogo e permaneceu no interior do imóvel aguardando o seu desafeto. Por volta das 20hmin, horário em que João habitualmente chegava do trabalho, Maria ouviu a porta principal se abrindo e, certa de que se tratava da vítima, imediatamente efetuou um disparo de arma de fogo naquela direção, atingindo-a fatalmente. Ao se aproximar do corpo, percebeu que havia matado José, irmão gêmeo de João, o qual estava no local excepcionalmente naquele dia sem que Maria tivesse conhecimento. Considerando o caso narrado, discorra sobre a existência de responsabilidade penal de Maria no evento morte de José.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30